CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório da Administração
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Balanços Patrimoniais
Demonstrações de Resultados
Demnstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2021

1-Mensagem da Administração
Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras (DF’s) da **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** (“**CIMAR**” ou “**Companhia**”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. As referidas Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2-Descrição dos negócios, produtos e serviços
A **CIMAR** é uma empresa de propósito específico, cujo objetivo é a operação de uma planta fabril de moagem de cimento no Estado do Maranhão. A Companhia investiu R$140 milhões e tem capacidade de produzir 530 mil toneladas/ano de cimento, 30 mil toneladas a mais que em seu projeto inicial, devido a melhorias no processo operacional, gerando atualmente 179 empregos diretos e 200 indiretos. A **CIMAR** iniciou sua produção em 24 de novembro de 2014 e as vendas em 1º de dezembro do mesmo ano.

3-Nota sobre a auditoria externa
A **CIMAR** informa que a empresa de auditoria BKR – Lopes, Machado Auditores não lhe prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2021.

A Direção
CIMAR CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
CNPJ: 15.129.010/0001-07

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.
São Luís – MA

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 8 de março de 2022.
Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE-025592/O-0

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
ATIVO				**PASSIVO**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.028	48.845	Fornecedores	15	18.869	17.931
Contas a receber de clientes	7	2.222	2.392	Empréstimos e financiamentos	16	12.347	16.236
Estoques	8	21.103	21.033	Salários e encargos sociais	17	3.135	4.113
Tributos a recuperar	9	4.196	11.149	Tributos a pagar	18	2.804	2.944
Adiantamentos diversos		960	148	Outros passivos		3.225	1.912
Outros ativos		1.880	2.132			**40.380**	**43.136**
		75.389	**85.699**				
Não circulante				**Não circulante**			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Partes relacionadas	10(b)	1.280	1.083	Partes relacionadas	10(b)		8.197
Depósitos judiciais	19	182	150	Empréstimos e financiamentos	16	42.468	43.227
Tributos a recuperar	9	513	125	Provisão para contingências	19	7	40
Títulos e valores mobiliários	11	2.991	2.903			**42.475**	**51.464**
Tributos diferidos	12	8.674	9.072				
		13.640	**13.333**	**Patrimônio líquido**	20		
				Capital social		97.618	113.618
Imobilizado	13	110.465	111.589	Reserva de lucros		117.435	92.935
Intangível	14	249	363	Prejuízos acumulados		(98.165)	(90.169)
		124.354	**125.285**			**116.888**	**116.384**
Total do Ativo		**199.743**	**210.984**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**199.743**	**210.984**

	Nota	2021	2020
Receita de vendas	21	182.065	162.603
Custo de vendas	8 e 22	(123.240)	(114.451)
Lucro bruto		58.825	48.152
Despesas com vendas	22	(16.762)	(13.454)
Despesas gerais e administrativas	22	(8.325)	(9.196)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	94	5.768
		(24.993)	(16.882)
Resultado operacional		**33.832**	**31.270**
Receitas financeiras	24	1.413	543
Despesas financeiras	24	(16.768)	(10.483)
Variação cambial	24	(688)	(2.113)
Despesas financeiras líquidas		(16.043)	(12.053)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**17.789**	**19.217**
Imposto de renda e contribuição social	25	(1.285)	(1.427)
Lucro líquido do exercício		**16.504**	**17.790**
Número de ações ao final do exercício - em milhares	20	**3.000**	**3.000**
Lucro líquido do exercício por ação - em reais		**5,5013**	**5,9300**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**113.618**	**71.098**	**(86.122)**	**98.594**
Reserva de incentivo fiscal		21.837	(21.837)	
Lucro líquido do exercício			17.790	17.790
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**113.618**	**92.935**	**(90.169)**	**116.384**
Devolução de capital	(16.000)			(16.000)
Reserva de incentivo fiscal		24.500	(24.500)	
Lucro líquido do exercício			16.504	16.504
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**97.618**	**117.435**	**(98.165)**	**116.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	17.789	19.217
Ajustes		
Depreciação	5.554	5.486
Baixas no imobilizado	9	
Amortização do intangível	114	147
Juros	4.013	4.001
Amortização de financiamentos	155	4
Variações monetárias e cambiais	688	2.113
Incentivos fiscais	(24.500)	(21.837)
Reconhecimento de créditos tributários		(5.750)
Ganho/Perda da alienação de imobilizado	4	
Provisões para descontos concedidos	203	2.092
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(12)	(100)
Baixas de títulos incobráveis	43	169
Resultado do exercício - ajustado	**4.060**	**5.542**
Variação do capital circulante		
Contas a receber de clientes	1.086	1.841
Estoques	(70)	1.888
Tributos a recuperar	6.565	3.218
Adiantamentos diversos		68
Outros ativos circulantes	(546)	534
Títulos e valores mobiliários	(88)	(32)
Fornecedores	136	1.247
Salários e encargos sociais	(941)	58
Tributos a pagar	23.685	22.610
Imposto de renda e contribuição social pagos	(265)	(328)
Outros passivos circulantes	94	(196)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	**33.716**	**36.450**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(4.439)	(461)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**(4.439)**	**(461)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	10.000	8.900
Empréstimos e financiamentos pagos	(14.135)	(8.644)
Juros pagos	(4.448)	(1.047)
Partes relacionadas	(24.511)	(219)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**(33.094)**	**(1.010)**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(3.817)**	**34.979**
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	48.845	13.866
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	45.028	48.845
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(3.817)**	**34.979**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais
(a) Atividades operacionais
A **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** (“**Companhia**”) foi constituída em 8 de fevereiro de 2012 e é controlada conjuntamente pela ICAL Participações S.A. e pela Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN), com participação de 50% cada uma. O parque industrial, localizado à margem esquerda do ramal da BR 135, KM 02, na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, possui uma área de 188 mil metros quadrados. A Companhia iniciou sua produção em 24 de novembro de 2014 e suas vendas em 1º de dezembro do mesmo ano.
A Companhia tem capacidade de produção de 530 mil toneladas por ano (*) de cimento, 30 mil toneladas/ano a mais que em seu projeto inicial, devido às melhorias no processo operacional. A **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** visa atender a construção civil como mercado prioritário, atuando nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Amazonas e Amapá.
Esta planta atende ao mercado consumidor com velocidade, qualidade e custo competitivo e gera, entre outros benefícios sociais, 179 empregos diretos (*) e 200 indiretos (*), capacitação de mão de obra na região, além da interiorização do desenvolvimento e absorção de tecnologia.
Para os próximos anos, a Administração tem como plano de negócio e meta dar continuidade e ampliar os objetivos alcançados, destacando as seguintes ações:
• Aumento no volume de produção, considerando as perspectivas de crescimento do PIB nacional;
• Continuidade na busca de fornecedores que garantam melhorias constantes nos processos produtivos, refletindo em redução de custos e despesas;
• Manter a qualidade do produto alinhado ao nível de serviço que aproxima a Companhia da necessidade dos clientes, buscando aumentar ainda mais o posicionamento da marca “Cimento Bravo” na região em que atua;
• Aproveitamento das oportunidades financeiras, estando sempre atenta a instrumentos financeiros que possam trazer algum benefício à Companhia.
A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da apresentação dessas demonstrações financeiras em 8 de março de 2022.
(*) Informação não auditada.

(b) Incentivos fiscais
PROMARANHÃO
Em decorrência do projeto de implantação da unidade industrial, a Companhia foi habilitada aos incentivos do PROMARANHÃO, conforme parecer emitido pelas instâncias técnicas de sua Secretaria Executiva, constante do processo nº 276/2012, conforme publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE em 25 de setembro de 2012.
As exigências legais e regulamentares dos poderes públicos foram atendidas, especialmente as do Programa de Incentivo as Atividades Industriais e Tecnológicas do Estado Maranhão, onde a Companhia poderá celebrar Termo de Compromisso e Regime Especial com o Estado do Maranhão, pelo prazo de 15 anos, correspondente ao crédito de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do ICMS devido pela Companhia.
Sobre o incentivo fiscal PROMARANHÃO, a Companhia recolhe a taxa de contribuição para a F.E.D.I. (Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial), no valor correspondente a 5% do valor dos incentivos utilizados em cada período de apuração, conforme a Lei 10.259/15.
A renovação do benefício é realizada anualmente, mediante a comprovação dos documentos exigidos pelo Estado.
SUDENE
Por estar localizada em área incentivada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a Companhia goza de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.
O período de fruição será até dezembro de 2027, desde que cumpridas as exigências legais descritas no Laudo Constitutivo.

(c) Impactos do Novo Coronavírus (COVID-19)
Em 2021, a Companhia manteve o foco na preservação da saúde e vida dos colaboradores, parceiros e comunidade e manutenção dos empregos, executando diversas ações para minimizar os efeitos da pandemia, dentre elas, pode-se destacar: manutenção dos protocolos de combate à COVID-19 para garantir um ambiente de trabalho seguro para todos, disponibilizando vacinação dentro de suas dependências para todos os colaboradores interessados (diretos e indiretos) e doação de cestas básicas para as comunidades carentes.
Mesmo com o cenário adverso que o mundo ainda conviveu em 2021, com as variantes da COVID-19, que continuaram afetando a economia global, causando grandes impactos nas cadeias de abastecimentos, alta inflação e exercendo forte pressão sobre os custos de produção, a Companhia registrou recorde de volume de vendas e EBITDA.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.
Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3 Ativos financeiros
1.1.1 Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.
(a) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, adiantamentos diversos e caixa e equivalentes de caixa.
(b) Valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado da Companhia, compreendem aplicações financeiras, com rentabilidade média de 100,5% do CDI, sem carência.

2.4 Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber serão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. O prazo médio de recebimento é de 5,4 (5,8 em 2020) dias. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*).
De acordo com CPC 48 / IFRS 9, as Provisões para Perdas de Crédito Esperadas (“PPCE”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2021.
Em decorrência da pandemia de COVID-19, a Companhia estabeleceu novas normas de concessão de limites de créditos, e vem monitorando as duplicatas vencidas e os riscos de não recebimento dos valores decorrentes das vendas a prazo e priorizando as vendas à vista.
O reconhecimento das provisões para perdas de crédito esperadas deverá considerar o critério a seguir:

Vencidos (em dias)	Critério de provisão
31 a 60	50% do valor
61 a 90	70% do valor
91 a 120	80% do valor
121 a 180	90% do valor
a partir de 181	100% do valor

Os valores acima de 360 dias são considerados como perdas dedutíveis, conforme legislação do Imposto de Renda.

2.5 Estoques
São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação.
O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.
Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6 Tributos a recuperar
São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

2.7 Imobilizado
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.
Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.
Os terrenos não são depreciados e a depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e construções	25-50
Instalações	20
Máquinas e equipamentos	15-20
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Ferramentas	10

2.8 Intangível
(a) Softwares
As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e deixá-los disponíveis para uso. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
(b) Marcas registradas e licenças
As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de dez anos.

***2.9 Impairment* de ativos não financeiros**
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Fornecedores
As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.
As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.

2.11 Empréstimos e financiamentos
Os valores dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos a valor justo com taxa pré-fixada e refletem os saldos contábeis. Os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisão para contingências
As provisões para ações judiciais (cível, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.
O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.14 Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos.
A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.
(a) Venda de produtos
A Companhia fabrica e vende cimento dos tipos CP IV-32 e CP IV-40 ensacado e granel. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente.
As mercadorias são vendidas nos seguintes canais de venda: revenda, construtora, concreteira, consumidor industrial e governo.
(b) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.
(c) Incentivos fiscais
Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado pelo valor justo quando há segurança razoável de que o benefício será recebido e quando a Companhia tiver cumprido todas as condições estabelecidas para tal. Os incentivos recebidos são registrados no resultado na rubrica “Receita de vendas”. Em 2021 foi registrado um incentivo fiscal de R$24.500 (R$21.837 em 2020).

3. Estimativas e julgamentos contábeis
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.
(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. Atualmente, possui saldo acumulado de R$8.674 (9.072 em 2020) referentes a impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 12).
Visando a análise de realização desses saldos ativos, a Administração estima os resultados futuros da Companhia, como forma de verificar as expectativas de lucro para compensação do saldo desses impostos ou reduzi-los na medida em que sua realização não seja mais provável.
(b) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa
A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de créditos em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: informações cadastrais, informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (Nota Explicativa nº 7).
(c) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa
Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.
O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.
Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos (Nota Explicativa nº 2.9).
(d) Vida útil de ativos de longa duração
A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base na vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria do segmento, experiências prévias e/ou contratação de empresa especializada, refletindo a vida econômica de ativos de longa duração. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados anualmente. A Companhia está em operação há 7 anos e 1 mês e, não foi identificado mudanças significativas desde a última data de balanço.
(e) Provisão para causas judiciais
A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.
(f) Custo de obsolescência do estoque
A Companhia não registrou custo de obsolescência do estoque porque a quantidade é suficiente para atender a demanda e não há risco pelo giro constante dos produtos acabados.

4. Gestão de risco financeiro
1.1. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.
A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.
(a) Risco de mercado
A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.
(b) Risco de liquidez
É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.
Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	18.869			18.869
Empréstimos e financiamentos	14.274	13.329	39.120	66.723
	33.143	13.329	39.120	85.592
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	17.931			17.931
Empréstimos e financiamentos	17.295	11.701	42.219	71.215
	35.226	11.701	42.219	89.146

1.2. Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.
O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser assim sumarizado:

	2021	2020
(+) Empréstimos e financiamentos	54.815	59.463
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.028)	(48.845)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2.991)	(2.903)
Dívida líquida	6.796	7.715
Total do patrimônio líquido	116.888	116.384
Total do capital	123.684	124.099
Índice de alavancagem financeira - %	5%	6%

D4Sign 5fdc78d1-615b-457e-a327-34bdb19f5f66 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2021	2020
Recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	45.028	48.845
Títulos e valores mobiliários	2.991	2.903
Partes relacionadas (mútuo)	1.280	1.083
	49.299	52.831
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	(18.869)	(17.931)
Empréstimos e financiamentos	(54.815)	(59.463)
Partes relacionadas (mútuo)		(4.197)
	(73.684)	(81.591)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Recursos em banco	45.028	48.845
	45.028	48.845

Os saldos dos recursos em bancos compreendem os depósitos em conta corrente, bem como as aplicações automáticas e de curto prazo, podendo ser resgatadas a qualquer momento.

7. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes	2.292	2.474
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas - PPCE	(70)	(82)
	2.222	2.392

O saldo a receber por data de vencimento ("*aging list*") está demonstrado da seguinte forma:

	2021	2020
A vencer	2.179	2.114
Vencidos até 30 dias	91	188
Vencidos de 31 a 60 dias	3	9
Vencidos de 61 a 90 dias		3
Vencidos de 91 a 120 dias	9	26
Vencidos de 121 a 180 dias	10	19
Vencidos a mais de 180 dias		115
	2.292	2.474

O prazo médio recebimento é de 5,4 dias (5,8 em 2020).
A Companhia registrou as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa seguindo os critérios para o reconhecimento descritos na Nota Explicativa nº 2.4.
A movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2021	2020
Em 1º de janeio	(82)	(182)
Constituição / reversão	12	100
Em 31 de dezembro	(70)	(82)

8. Estoques

	2021	2020
Matérias-primas	12.399	13.732
Produtos em elaboração	567	1.320
Produtos acabados	227	1.027
Almoxarifado	7.489	4.954
Mercadorias em trânsito	421	
	21.103	21.033

O custo dos produtos vendidos reconhecido no resultado do exercício de 2021 totalizou R$123.240 (R$114.451 em 2020).

9. Tributos a recuperar

	2021	2020
COFINS sobre aquisição de imobilizado	164	17
ICMS sobre aquisição de imobilizado	276	66
PIS sobre aquisição de imobilizado	36	4
PIS/COFINS a compensar (i)	2.906	4.757
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	8	155
IPI sobre aquisição de insumos	1.282	6.238
Outros	37	37
	4.709	11.274
Circulante	4.196	11.149
Não circulante	513	125

Os tributos a recuperar no ativo circulante são provenientes de rendimentos sobre aplicações financeiras e compra de insumos. As parcelas do não circulante referem-se aos tributos incidentes sobre aquisição de bens do imobilizado.
(i) A redução nesta conta se refere a utilização dos créditos para compensação de outros tributos federais em 2021. Esses créditos tributários são decorrentes do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo trânsito em julgado ocorreu em junho de 2020.

10. Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	2021	2020
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.047	560
	1.047	560

(b) Mútuo

	2021	2020
A receber - Ativo não circulante		
Mútuo		
Cimentos da Bahia S.A. (i)	1.242	1.061
Cimento Portland Participações S.A. (i)	38	22
	1.280	1.083
A pagar - Passivo não circulante		
Mútuo		
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN) (ii)		4.197
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		
ICAL Participações S.A. (ii)		2.000
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN) (ii)		2.000
		8.197

(i) Mútuo com prazo de vencimento indeterminado e sem a incidência de atualização monetária nem juros.
(ii) Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia devolveu aos acionistas os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, reconhecendo o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF devido, conforme legislação vigente, além de juros e multa, no montante de R$4.014. Além disso, na mesma data, foi liquidado o saldo do mútuo com a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., também atualizado com os juros e multa, no montante de R$4.315.

11. Títulos e valores mobiliários

	2021	2020
Aplicações financeiras	2.991	2.903
	2.991	2.903

As aplicações financeiras registradas no grupo de "Títulos e valores mobiliários" se referem a conta reserva mantida junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), cujos recursos só serão disponibilizados ao término do financiamento obtido. A variação é decorrente dos rendimentos.

12. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social.
Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.
O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.
Em 2018, o saldo foi reavaliado e a Administração decidiu realizar uma provisão para perdas sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos, no montante de R$22.954. Em 2021, Companhia apresentou resultado positivo com base fiscal tributável e utilizou parte dos tributos diferidos a título de compensação, limitados a 30%, conforme definido em lei. Mesmo apresentando projeções positivas e com expectativa de recuperabilidade superior ao saldo apresentado no balanço, a Companhia decidiu não reverter parte da provisão constituída.

	2021	2020
Em 1º de janeiro	9.072	9.518
Compesação de IR e CSLL	(398)	(446)
Em 31 de dezembro	8.674	9.072

Abaixo segue demonstrada a expectativa de recuperabilidade do saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021.

Ano	Valor
2025	63
2026	507
2027	984
2028	1.436
2029	1.858
2030	2.311
2031	1.515
	8.674

13. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Hardware	Ferramentas	Total em operação	Obras em andamento (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2020										
Saldo inicial	10.632	37.062	24.956	41.084	631	206	15	114.586	2.028	116.614
Adições					71	93	25	189	272	461
Transferências (ii)		489	227		31			747	(747)	
Depreciação		(899)	(1.673)	(2.744)	(107)	(59)	(4)	(5.486)		(5.486)
Saldo contábil, líquido	10.632	36.652	23.510	38.340	626	240	36	110.036	1.553	111.589
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	10.632	41.931	33.365	54.169	1.242	2.556	47	143.942	1.553	145.495
Depreciação acumulada		(5.279)	(9.855)	(15.829)	(616)	(2.316)	(11)	(33.906)		(33.906)
Saldo contábil, líquido	10.632	36.652	23.510	38.340	626	240	36	110.036	1.553	111.589
Em 31 de dezembro de 2021										
Saldo inicial	10.632	36.652	23.510	38.340	626	240	36	110.036	1.553	111.589
Adições				91	102	82	38	313	4.126	4.439
Transferências (ii)		47		396	10	49		502	(502)	
Baixas					(9)			(9)		(9)
Depreciação		(909)	(1.696)	(2.747)	(116)	(79)	(7)	(5.554)		(5.554)
Saldo contábil, líquido	10.632	35.790	21.814	36.080	613	292	67	105.288	5.177	110.465
Em 31 de dezembro de 2021										
Custo	10.632	41.978	33.365	54.656	1.345	2.687	85	144.748	5.177	149.925
Depreciação acumulada		(6.188)	(11.551)	(18.576)	(732)	(2.395)	(18)	(39.460)		(39.460)
Saldo contábil, líquido	10.632	35.790	21.814	36.080	613	292	67	105.288	5.177	110.465
Taxas anuais médias de depreciação	-	2%	5%	5%	9%	11%	10%		-	

(i) Obras em andamento

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 se refere ao Gerador de Gás Quente e ao Projeto de Ampliação da Linha de Moagem.

(ii) Transferências

Em 2021, se referem, principalmente, a capitalização dos projetos de construção da nova linha de descarga de cinzas (matéria-prima) e adequação de máquinas e equipamentos à NR-12 (Norma de Segurança).

14. Intangível

	Direito de uso - *Software*	Marcas	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	499	11	510
Amortização (i)	(145)	(2)	(147)
Saldo contábil, líquido	354	9	363
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo	8.055	23	8.078
Amortização acumulada	(7.701)	(14)	(7.715)
Saldo contábil, líquido	354	9	363
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	354	9	363
Amortização (i)	(112)	(2)	(114)
Saldo contábil, líquido	242	7	249
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo	8.055	23	8.078
Amortização acumulada	(7.813)	(16)	(7.829)
Saldo contábil, líquido	242	7	249

(i) Amortização

O montante de R$114 (R$147 em 2020) refere-se a despesa de amortização, reconhecida no resultado, parte em Custos dos Produtos Vendidos e parte em despesas gerais e administrativas.

15. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	8.200	6.241
Fornecedores estrangeiros	10.669	11.690
	18.869	17.931

Referem-se a valores a pagar decorrentes de compra de insumos, materiais e serviços de fornecedores nacionais e estrangeiros necessários para continuidade da operação.

16. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Financiamentos (i)	43.227	47.510
Empréstimo de capital de giro (ii)	9.048	8.900
Juros a pagar (iii)	2.540	3.053
	54.815	59.463
Circulante	12.347	16.236
Não circulante	42.468	43.227

(i) A Companhia possui duas linhas de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), com taxas distintas, sendo R$52.000 com recursos do FNE (Fundo de Financiamento do Nordeste), a taxa de 8,24% a.a., e R$3.000 para aquisição de bens e serviços, a taxa de 7,06% a.a., ambas com 15% de bônus por adimplência.
Em 23 de fevereiro de 2017, foi liberado a última parcela do crédito aprovado (R$55.000) do financiamento referente ao contrato celebrado em 31 de dezembro de 2014 entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no valor de R$9.424, com juros de 8,24%a.a. A partir de abril de 2017, os pagamentos dos juros e as parcelas do principal passaram a ser mensais.
Em julho de 2020, conforme segundo aditivo, o contrato foi renegociado, alterando o vencimento da parcela final para dezembro de 2027 e postergando o fluxo de desembolsos dos juros e principal para retorno em janeiro de 2021. Desde então, as parcelas vêm sendo pagas mensalmente.
(ii) Em abril de 2021, foi liquidado junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo para capital de giro, no valor de R$8.900, com juros de 0,3161% a.m. + 100% CDI, que havia sido contraído em maio de 2020. No mesmo período, a Companhia contratou junto ao Banco Santander S.A. um empréstimo para capital de giro no montante de R$10.000, com juros remuneratórios de 3,40% a.a. + 100% CDI, devendo ser liquidado em 84 parcelas fixas e mensais.
(iii) Os pagamentos dos juros ocorrem no dia 22 de cada mês, de forma que os juros incorridos até o final do mês são provisionados no resultado.

Movimentação do principal	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	56.410	47.488
Captação de empréstimo para capital de giro	10.000	8.900
Amortização do principal	(14.135)	(464)
Juros incorporados ao principal (i)		486
Saldo em 31 de dezembro	52.275	56.410

Movimentação do juros	2021	2020
Juros a pagar em 1º de janeiro	3.053	93
Juros incorridos (i)	3.296	3.403
Juros incorridos - empréstimos para capital de giro	639	360
Juros pagos	(4.448)	(803)
Juros a pagar em 31 de dezembro	2.540	3.053

(i) Os juros foram reconhecidos como despesa financeira em 2021 (Nota Explicativa nº 24), no montante de R$3.296 (R$3.889 em 2020).

17. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Provisão para férias e encargos	720	733
Provisão para participação nos resultados (*)	2.077	3.085
Instituto nacional do seguro social - INSS	181	165
Fundo de garantia por tempo de serviços - FGTS		48
Outros	157	82
	3.135	4.113

(*) Refere-se a Provisão da Participação nos Resultados ("PPR") com base no atingimento das metas estabelecidas e aprovadas em acordo coletivo entre a Administração e o Sindicado da categoria, para pagamento até abril de 2022.

18. Tributos a pagar

	2021	2020
Tributos retidos sobre fornecedores	169	128
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.482	1.475
Imposto de renda a recolher	315	414
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	117	162
Programa de integração social - PIS	128	135
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	593	630
	2.804	2.944

19. Provisão para contingências

A Companhia é suscetível a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de causas judiciais conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica "Provisão para contingências" monta:

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais		Depósitos judiciais / Provisão líquida	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cíveis				40	(7)	(40)
Fiscais (i)	16.145	16.145	16.090	16.090	55	55
Trabalhistas	127	97		2	127	95
	16.272	16.242	16.090	16.132	175	110

(i) Refere-se ao AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante), contribuição para apoio ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, do qual a Companhia era isenta. Ele é devido na entrada do porto de descarga, sendo calculado sobre o valor do frete marítimo internacional. A partir de janeiro de 2016, o Governo revogou a suspensão dessa isenção, porém, a Companhia entrou com um mandado de segurança questionando a cobrança sobre a Capatazia. O pagamento do montante devedor em discussão foi feito via deposito judicial.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como "possíveis", mediante avaliação de seus assessores legais, para quais não há provisão constituída, conforme composição estimada abaixo:

20. Patrimônio líquido

	2021	2020
Cíveis		15
Trabalhistas	33	338
Tributárias	1.501	1.501
	1.534	1.854

Capital social

O capital social da Companhia totaliza um montante de R$97.618 (R$113.618 em 2020), dividido em 3.000 (três milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
O resultado da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

	Participação	2021	2020
ICAL Participações S.A.	50%	48.809	56.809
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN)	50%	48.809	56.809
	100%	97.618	113.618

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada dia 26 de abril de 2021, foi deliberada a redução do capital social subscrito e integralizado, no montante de R$16.000 (dezesseis milhões de reais), por se mostrar excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme art. 173 da Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações ("LSA"). Além disso, não houve entrega, tampouco cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas.

21. Receita de vendas

(i) A Companhia possui o benefício do PROMARANHÃO, que permite a tomada de crédito de 75% de qualquer imposto pago ao Estado (Nota Explicativa nº 1(b)).

	2021	2020
Vendas brutas de produtos e serviços	220.814	196.851
Tributos sobre vendas	(62.024)	(54.993)
Incentivos fiscais (i)	24.500	21.837
Contribuição a conta do F.D.I. (ii)	(1.225)	(1.092)
	182.065	162.603

(ii) Contribuição à conta do Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial de 5% do valor dos incentivos utilizados em cada período de apuração, previsto em lei (Nota Explicativa nº 1(b)).

22. Custos e despesas por natureza

(i) O aumento nos valores dos insumos ocorreu, principalmente, pelo custo de *demurrage* em razão da fila de espera para atracação nos portos, decorrentes dos reflexos da pandemia de COVID-19.
(ii) O aumento ocorreu pela valorização do diesel e incremento de cargas "CIF".
(iii) O aumento ocorreu em função do rateio do ESS (Encargos de Serviços do Sistema) entre consumidores do mercado livre devido à crise hídrica.
(iv) O aumento se deu pelo preço recorde da celulose em 2021, que refletiu no custo do papel "kraft" (matéria prima da embalagem de cimento).

	2021	2020
Insumos e materiais de consumo (i)	(83.294)	(77.574)
Fretes (ii)	(12.355)	(9.463)
Salários, encargos e benefícios	(15.808)	(15.247)
Depreciação e amortização	(5.674)	(5.632)
Energia elétrica (iii)	(7.557)	(6.502)
Embalagens (iv)	(5.666)	(4.550)
Manutenção e conservação	(5.667)	(5.028)
Consultoria, assessoria e outros serviços	(4.549)	(5.502)
Publicidade e propaganda	(1.162)	(873)
Outros	(6.595)	(6.730)
	(148.327)	(137.101)
Custo de vendas	(123.240)	(114.451)
Despesas com vendas	(16.762)	(13.454)
Despesas gerais e administrativas	(8.325)	(9.196)
	(148.327)	(137.101)

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

(i) O valor se refere ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. A receita foi reconhecida e oferecida à tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social no mês de competência do trânsito em julgado, em junho de 2020.

	2021	2020
Recuperação de créditos tributários (i)		5.750
Outras receitas	94	18
	94	5.768

24. Resultado financeiro

Receitas e despesas fincanceiras

(a) As despesas referem-se a amortização da carta fiança relativa ao financiamento captado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") e aos descontos relacionados às ações comerciais.
(b) Referem-se aos juros incorridos sobre o financiamento do BNB, no montante de R$3.296 (Vide Nota Explicativa nº 16).

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.240	491
Receita com atualização de tributos	134	16
Juros recebidos	38	35
Outros	1	1
	1.413	543
Despesas financeiras		
Despesas financeiras (a)	(12.286)	(5.614)
Juros sobre financiamentos (b)	(3.296)	(3.889)
Juros sobre empréstimos	(639)	(360)
Juros sobre debêntures		(155)
Juros sobre mútuos	(118)	(83)
Outros	(429)	(382)
	(16.768)	(10.483)

Variação cambial

(i) Referem-se a variação cambial sobre pagamento de fornecedores estrangeiros para aquisição de insumos.

	2021	2020
Receitas de variação cambial	1.202	173
Despesas de variação cambial	(1.890)	(2.286)
Resultado de variação cambial (i)	(688)	(2.113)

25. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	17.789	19.217
Adições	13.986	8.537
Descontos indedutíveis	11.274	4.015
Doações indedutíveis	31	63
Multas de mora	9	28
Despesas indedutíveis	295	1.087
Provisões	2.377	3.344
Exclusões	27.876	23.389
Incentivos fiscais - PROMARANHÃO	24.500	21.837
Reversão provisão de PPR	3.085	1.047
Reversão provisão de PECLD	82	182
Reversão de outras provisões	209	323
Base de cálculo	3.899	4.365
IRPJ e CSLL correntes	(887)	(981)
IRPJ e CSLL - compensação de diferido	(398)	(446)
	(1.285)	(1.427)

26. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratadas as seguintes coberturas de seguros:
A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

	Valor da cobertura
Risco operacional	126.434
Bens em poder de terceiros	2.500
	128.934

Romulo Assunção Soares de Avellar
Presidente

Márcio Aurélio Garcia Paolucci
Diretor Financeiro

Camilla Lamar Schalcher
Contador – CRC MA-12444/O-0

D4Sign 5fdc78d1-615b-457e-a327-34bdb19f5f66 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

c06 pdf

Código do documento 5fdc78d1-615b-457e-a327-34bdb19f5f66

Anexo: c07.pdf

Assinaturas

EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109
Certificado Digital
maramaldothay@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

24 Mar 2022, 17:43:47
Documento 5fdc78d1-615b-457e-a327-34bdb19f5f66 **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-24T17:43:47-03:00

24 Mar 2022, 17:48:01
Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email: priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-24T17:48:01-03:00

24 Mar 2022, 18:08:17
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109 **Assinou** Email: maramaldothay@gmail.com. IP: 179.180.32.68 (179.180.32.68.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 47456). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109. - DATE_ATOM: 2022-03-24T18:08:17-03:00

Hash do documento original
(SHA256):3305975cffc139e7e05787d505bcdd220fd0fa352c0de19586bd705a55f63c3c
(SHA512):d7d5ac4b23fe4fcea2c562f4dc6b861dc7de117745875e8516953b4a0d563f6f46d05c2934c1e67097dace41b218a934f40d3a66f6d560a4e6719c50337df7d9

Hash dos documentos anexos
Nome: c07.pdf
(SHA256):d7fbac319ac79de867ebe707d3552ea34fa16172d7cc068fd78aec671ffcbf58
(SHA512):d87922b4f3f2308e170550f39e1710329cacc16cc7768519e549f55e7a84d580528f444c73db5ae7a28bb4d579337cbe22f93cfa2b3e9bf934237c780f29227b

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign